

Ventos de São Jorge Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações do resultados abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Ventos de São Jorge Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ventos de São Jorge Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos de São Jorge Holding S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração do ativo Imobilizado nas demonstrações financeiras consolidadas

Veja as Notas 5.e e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas o montante de R\$ 717.497 referente ao seu ativo imobilizado. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, sendo que os elementos mais importantes são: (i) Torres de geração de energia elétrica, compostas por pás, geradores, nacelles e torres; (ii) Obras civis. A depreciação desses itens é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo que as vidas úteis estimadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações financeiras consolidadas que influenciam diretamente o resultado operacional e conseqüentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado. Adicionalmente, obtivemos as movimentações ocorridas no ativo imobilizado ao longo do exercício de 2018, e, confrontamos com os saldos contábeis. Também, efetuamos o recálculo da depreciação com base nas vidas úteis estimadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), confrontando o resultado do recálculo com os saldos contábeis. Por fim, obtivemos a análise da Companhia e suas controladas sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGC"), e, avaliamos se informações utilizadas para essa avaliação eram razoáveis e consistentes, de modo, que não foi constatada a existência de indicadores de perda. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado consolidado, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que



existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 31 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC SC-000190/F-9

Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Ventos de São Jorge Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)			2018	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	10	8	8.940	5.240	Fornecedores	12	71	103	1.339	4.301
Contas a receber	7	-	-	13.682	12.732	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	77.046	36.654
Impostos a recuperar	8	510	511	5.239	3.831	Contas a pagar partes relacionadas	23	-	-	4.275	-
Estoques		-	-	11	6	Compensação de infraestrutura		-	-	-	3.168
Despesas pagas antecipadamente	9	9	-	6.859	7.787	Provisão de ressarcimento	16	-	-	3.928	735
Adiantamento fornecedores		-	111	2.093	3.396	Obrigações tributárias	15	2	-	1.495	7.180
Outras contas a receber		-	50	-	233	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	1.023	74
						Outras contas a pagar		-	-	1.169	1.302
Total do ativo circulante		529	680	36.824	33.225	Total do passivo circulante		73	103	93.443	53.414
Não circulante						Não circulante					
Fundos vinculados	6	-	-	64.224	47.445	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	426.204	496.406
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.042	-	-	Debêntures	14	54.533	48.143	54.533	48.143
Despesas pagas antecipadamente	9	69	-	536	-	Outras contas a pagar		-	-	-	8.942
Outras contas a receber		-	-	-	9.267	Provisão de ressarcimento	16	-	-	17.370	5.058
Investimento	10	284.245	282.076	-	-	Total do passivo não circulante		54.533	48.143	498.107	558.549
Imobilizado	11	-	9	717.497	751.986	Patrimônio líquido	17				
Intangível		-	4	2.707	6.605	Capital social		299.508	275.736	299.508	275.736
						Prejuízos acumulados		(69.270)	(39.171)	(69.270)	(39.171)
Total do ativo não circulante		284.314	284.131	784.964	815.303	Total do patrimônio líquido		230.238	236.565	230.238	236.565
Total do ativo		284.843	284.811	821.788	848.528	Total do passivo e patrimônio líquido		284.843	284.811	821.788	848.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Jorge Holding S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2018	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)	
Receita operacional líquida	19	-	-	109.540	125.555
Custo operacionais	20	-	-	(57.023)	(54.013)
Lucro Bruto		-	-	52.517	71.542
Resultado de equivalência patrimonial		(23.423)	(22.293)	-	-
Despesas gerais e administrativas	21	(239)	(371)	(4.331)	(6.171)
Outras receitas		-	(10)	-	(81)
Resultado antes das despesas (receitas) financeiras líquidas		(23.662)	(22.674)	48.186	65.290
Receitas financeiras	22	-	136	2.522	3.265
Despesas financeiras	22	(6.437)	(3.416)	(76.501)	(89.337)
Resultado Financeiro		(6.437)	(3.280)	(73.979)	(86.072)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(30.099)	(25.954)	(25.793)	(20.782)
Imposto de renda	18	-	-	(2.827)	(3.405)
Contribuição social	18	-	(1)	(1.480)	(1.768)
Resultado do exercício		(30.099)	(25.955)	(30.099)	(25.955)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Jorge Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangente

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)
Resultado do exercício	(30.099)	(25.955)	(30.099)	(25.955)
Resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(30.099)</u>	<u>(25.955)</u>	<u>(30.099)</u>	<u>(25.955)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Jorge Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>			
	<u>Capital Social</u>	<u>Capital Social a Integralizar</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	198.100	(12.770)	(13.216)	172.114
Subscrição de capital	101.900	(101.900)	-	-
Integralização de capital	-	90.406	-	90.406
Resultado do exercício	-	-	(25.955)	(25.955)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	300.000	(24.264)	(39.171)	236.565
Subscrição de capital	21.623	(21.623)	-	-
Integralização de capital	-	23.772	-	23.772
Resultado do exercício	-	-	(30.099)	(30.099)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	321.623	(22.115)	(69.270)	230.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Jorge Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidada	
	2018	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos	(30.099)	(25.954)	(25.793)	(20.782)
Juros sobre financiamentos	-	-	48.797	47.474
Juros debentures	6.390	3.143	6.390	13.407
Resultado de equivalencia patrimonial	23.420	22.293	-	-
Custos de captação apropriado ao resultado	-	-	874	705
Baixa imobilizado	9	-	2.239	-
Baixa de intangível	-	-	3.898	-
Provisão de ressarcimento	-	-	15.505	5.793
Depreciação e amortização	107	1	32.250	38.996
				-
Varição nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em impostos a recuperar	1	(50)	(1.408)	(2.314)
(Aumento) redução em outras contas a receber	50	-	10.136	(9.267)
(Aumento) redução em estoque	-	-	(5)	-
(Aumento) redução em adiantamento a fornecedores	111	(111)	667	(3.635)
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(75)	(70)	392	(7.700)
(Aumento) redução em contas a receber	-	1	(950)	2.556
Aumento (redução) em fornecedores	(32)	71	(2.962)	(52.484)
Aumento (redução) em partes relacionadas	-	-	4.275	-
Aumento (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	-	-	949	(40)
(Aumento) redução em compensação de infraestrutura	-	-	-	(49)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	-	(1)	(6.124)	(3.310)
Aumento (redução) em outras contas a pagar	-	-	(9.075)	10.244
Caixa líquido originado pelas atividades operacionais	(118)	(677)	80.055	19.594
Pagamento de IR e CS	-	-	(3.866)	-
Pagamento de encargos financeiros	-	-	(45.924)	(28.028)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	(118)	(677)	30.265	(8.434)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
Aportes de capital em controlados	-	(134.302)	-	-
Aplicação em fundos vinculados	-	-	(16.779)	(47.445)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	(23.651)	(2.042)	-	-
Aquisição imobilizado	-	(1)	-	(3.916)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(23.651)	(136.345)	(16.779)	(51.361)
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento				
Emissão de debêntures	-	45.000	-	45.000
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	1.720	545.000
Pagamento de custos de captação de empréstimo	-	-	-	(11.643)
Pagamento de principal de empréstimos	-	-	(35.277)	(20.448)
Pagamento de principal de debêntures	-	-	-	(611.947)
Integralização de capital	23.772	90.406	23.772	90.406
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	23.772	135.406	(9.785)	36.368
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	2	(1.616)	3.700	(23.427)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	8	1.624	5.240	28.667
No fim do exercício	10	8	8.940	5.240
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	2	(1.616)	3.700	(23.427)

As transações que não envolveram o caixa estão demonstradas na nota explicativa nº 26.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Jorge Holding S.A. “Companhia”, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, situada à Rod. Doutor Mendel Steinbruch, S/N, Km 08, sala 152 - Distrito Industrial foi constituída em 27 de dezembro de 2012, e possui as seguintes controladas:

Controlada	Portaria	Início da operação
Nova Ventos de Parazinho Energias Renováveis S.A.	2589/2016	28/09/2016
Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.	2590/2016	28/09/2016
Nova Ventos de Tianguá Norte Energias Renováveis S.A.	2591/2016	28/09/2016
Nova Ventos de Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.	2675/2016	06/10/2016
Nova Ventos de Formoso Energias Renováveis S.A.	2694/2016	06/10/2016

A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de : a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

O Complexo EólicoTianguá, detido pelas controladas, possui capacidade estimada de 130,1 MW¹ médios.

Capital circulante negativo

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 69.270, prejuízo do exercício no montante de R\$ 30.099 e passivo circulante em excesso ao ativo circulante nas demonstrações financeiras no montante de R\$ 56.619. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia ou, se necessário, por meio de aportes financeiros dos acionistas controladores.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados.

¹ As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas que estão a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

e. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas	% de participação
Tianguá	100%
Tianguá Norte	100%
Morro do Chapéu	100%
Parazinho	100%
Formoso	100%

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1 de janeiro de 2018.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

(i) CPC 47 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 Receitas, o CPC 17 Contratos de Construção e interpretações relacionadas. A partir da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018, a

Companhia passou a reconhecer as receitas de venda de energia considerando cinco passos: i) identificação do contrato com cliente; ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumpriu as obrigações de desempenho.

Essas alterações não resultaram em efeitos materiais no reconhecimento da receita de venda de energia, bem como, nas demonstrações financeiras.

(ii) CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

Classificação e mensuração - Ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a norma é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixas contratuais. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia, apenas na classificação, conforme demonstrado abaixo:

R\$ mil	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	47
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	VJR	5.193
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	12.732
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos e recebíveis	VJR	47.445
Total de ativos financeiros			65.417
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado	4.301
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado	533.060
Debêntures	Outros passivos	Custo amortizado	48.143
Total de passivos financeiros			585.504

Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em

instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Com base na avaliação da Companhia, este requerimento não gerou impacto materiais na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais.

4 Retificação de erros

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base no “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu ajustes, de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial, demonstração do resultado e do resultado abrangente e do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A seguir o resumo dos impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Balanco patrimonial Em 31 de dezembro de 2017	Controladora		
	Impactos das retificações de erros		
Em milhares de reais	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total de ativos	282.051	2.760	284.811
Adiantamento a fornecedores (i)	-	111	111
Investimentos (iii)	279.427	2.649	282.076
Outros ativos não impactados	2.624	-	2.624
Total de passivos	48.246	-	48.246
Total do patrimônio líquido	233.805	2.760	236.565
Prejuízos Acumulados	(41.931)	2.760	(39.171)

Demonstração do resultado e do resultado abrangente **Em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Resultado com equivalência patrimonial (iii)	(24.942)	2.649	(22.293)
Despesas gerais e administrativas	(482)	111	(371)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas	(25.434)	2.760	(22.674)
Resultado do exercício	(28.715)	2.760	(25.955)
Resultado abrangente do exercício	(28.715)	2.760	(25.955)

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Resultado antes dos tributos	(28.714)	2.760	(25.954)
Resultado com equivalência Patrimonial (iii)	(24.942)	(2.649)	(22.293)
(Aumento) redução em adiantamento a fornecedores	-	(111)	(111)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(677)	-	(677)

Consolidado

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total de ativos	845.768	2.760	848.528
Adiantamento a fornecedores (i)	-	3.396	3.396
Outros ativos não circulantes (i)	9.903	(636)	9.267
Outros ativos não impactados	835.865	-	835.865
Total de passivos	611.963	-	611.963
Outros passivos não impactados	611.963	-	611.963
Total do patrimônio líquido	233.805	2.760	236.565
Prejuízos Acumulados (i)	(41.931)	2.760	(39.171)

Demonstração do resultado e do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Custos de operação (i) / (ii)	(56.662)	2.649	(54.013)
Despesas gerais e administrativas (i) / (ii)	(6.282)	111	(6.171)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas	62.530	2.760	65.290
Resultado do exercício	(28.715)	2.760	(25.955)
Resultado abrangente do exercício	(28.715)	2.760	(25.955)

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Resultado antes dos impostos	(23.542)	2.760	(20.782)
Redução (Aumento) em adiantamentos a fornecedores	(239)	(3.396)	(3.635)
Aumento (redução) outros ativos não circulantes	(9.903)	636	(9.267)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-	(28.028)	(28.028)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	19.594	(28.028)	(8.434)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(48.476)	28.028	(20.448)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	8.340	28.028	36.368

(i) **Adiantamento a fornecedores**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu no resultado custos com geração de energia despesas gerais em desacordo com o período de competência que incorreram. Desta forma, a Companhia ajustou o resultado de 2017 em contrapartida ao Ativo.

(ii) **Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos**

A Companhia havia apresentado em sua demonstração dos fluxos de caixa relativa ao exercício de 2017 os pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos na mesma rubrica de amortização do principal de empréstimos e financiamentos, nas atividades de financiamento. Sendo assim, está reapresentado os pagamentos dos juros de empréstimos referentes ao exercício de 2017 para fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais.

(iii) **Investimentos**

Os ajustes descritos acima nas Controladas, resultaram em aumento no resultado com equivalência patrimonial na Controladora em contrapartida a rubrica de investimentos.

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

a. Instrumentos financeiros

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial:**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhe um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Receitas de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica ("MCPSE"), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica - Pás	15 anos
Unidade de geração eólica - Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica - Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica - Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Comunicação	16 anos
Outros equipamentos	16 anos
Veículos	7 anos
Equipamento geral de informática	6 anos
Software	5 anos
Licença de uso	5 anos

d. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha

e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Companhia não identificou nenhum indicador para ativos não financeiros com vida útil definida para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

f. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Lucro presumido

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% para IRPJ e 12% para CSLL para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (Base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

i. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque: as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das terras onde os parques eólicos estão instalados. A natureza das despesas relacionadas àqueles

arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas. A Companhia incluirá nas obrigações do arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento de R\$ 4.427 mil em 1º de janeiro de 2019. A Companhia espera que a adoção do CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos.

6 Caixas, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Bancos	-	1	1.067	47
Aplicações Financeiras (a)	10	7	7.873	5.193
Total	10	8	8.940	5.240

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao Santander e Citibank, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 98% CDI referente às aplicações do Santander e taxa de 97 % CDI para as aplicações do Citibank.

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As aplicações em contas reservas obedecem a metodologia de cálculo dos saldos mínimos obrigatórios descritas conforme instrumentos de financiamento. Cada contrato conta com regras particulares em que é exigido pelo Banco Financiador que sejam mantidas contas reservas para garantia do pagamento do Serviço da Dívida, e pagamento do custo de Operação e Manutenção, entre outras, em casos específicos de falta de liquidez do projeto descritos nos contratos de financiamento.

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Garantia serviço da dívida BNDES	20.364	21.079
Garantia Centralizadora	15.867	10.351
Garantia Reserva Especial	23.760	14.727
Garantia O&M	4.233	1.288
	64.224	47.445

7 Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Provisão de energia	-	12.732
Amazonas Distribuidora de Energia S/A.	4.172	-
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A	2.413	-
Companhia Energética de Alagoas	2.032	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	635	-
Centrais Elétricas do Pará S/A	508	-
Companhia Energética de Sergipe	106	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	468	-
Companhia Jaguari de Energia	45	-
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.	30	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.	191	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.	164	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	124	-
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A.	64	-
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A.	42	-
Camara de Comercia de Energia/CCEE	2.688	-
Total	13.682	12.732

Todos os títulos em aberto na data de 31/12/2018 estão classificados como a vencer, com exceção do saldo a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que possui regras específicas de comercialização.

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ	510	511	3.245	1.420
CSLL	-	-	529	566
PIS	-	-	249	299
COFINS	-	-	1.192	1.508
Outros impostos a compensar	-	-	24	38
Total	510	511	5.239	3.831

9 Despesas Antecipadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Premios de seguros a apropriar	-	-	1.047	157
Comissão de estruturação e fianças bancárias (a)	<u>78</u>	<u>-</u>	<u>6.348</u>	<u>7.630</u>
Total	<u>78</u>	<u>-</u>	<u>7.395</u>	<u>7.787</u>
Circulante	9	-	6.859	7.787
Não circulante	69	-	536	-

- (a) As fianças bancárias são tomadas junto a instituições financeiras como garantias às obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas perante os debenturistas e BNDES.

10 Investimentos

	<u>Controladora</u>	
	2018	2017
Investimentos (a)	281.541	279.268
Ágio em investidas	<u>2.704</u>	<u>2.808</u>
	<u>284.245</u>	<u>282.076</u>

- (a) **Investimentos**
 A Companhia possui investimentos em empresas eólicas realizados através de aportes de capital, abaixo estão relacionados os investimentos nas controladas:

Composição

Companhia	31/12/2018			Controladora	
	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do período	Investimento	Equivalência
Ventos de Tiangua Energias Renovaveis S/A	100%	66.408	(2.738)	66.408	(2.739)
Nova Ventos de Tiangua Norte Energias Renovaveis S/A	100%	53.656	(8.435)	53.656	(8.435)
Nova Ventos do Morro do Chapeu Energias Renovavies S/A	100%	53.760	(5.122)	53.760	(5.122)
Nova Vento do Parazinho Energias Renovaveis S/A	100%	53.305	(5.035)	53.305	(5.035)
Nova Vento Formoso Energias Renovaveis S/A	100%	54.412	(2.089)	54.412	(2.089)
Total dos investimentos				281.541	(23.420))

Companhia	31/12/2017			Controladora	
	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência
Ventos de Tiangua Energias Renovaveis S/A	100%	65.454	76	65.454	76
Nova Ventos de Tiangua Norte Energias Renovaveis S/A	100%	55.709	(6.930)	55.709	(6.930)
Nova Ventos do Morro do Chapeu Energias Renovavies S/A	100%	52.908	(5.694)	52.908	(5.694)
Nova Vento do Parazinho Energias Renovaveis S/A	100%	53.608	(5.240)	53.608	(5.240)
Nova Vento Formoso Energias Renovaveis S/A	100%	51.589	(4.505)	51.589	(4.505)
Total dos investimentos				279.268	(22.293)

Movimentação

Companhia	31/12/2017	Aumento de Capital	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2018
Ventos de Tianguá Energias Renováveis S/A	65.454	3.693	(2.739)	66.408
Nova Ventos de Tianguá Norte Energias Renováveis S/A	55.709	6.382	(8.435)	53.656
Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S/A	52.908	5.974	(5.122)	53.760
Nova Vento do Parazinho Energias Renováveis S/A	53.608	4.732	(5.035)	53.305
Nova Vento Formoso Energias Renováveis S/A	51.589	4.912	(2.089)	54.412
Total dos investimentos	279.268	25.693	23.420	281.541

Companhia	31/12/2016	Aumento de Capital	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2017
Ventos de Tianguá Energias Renováveis S/A	41.004	24.374	76	65.454
Nova Ventos de Tianguá Norte Energias Renováveis S/A	32.218	30.421	(6.930)	55.709
Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S/A	35.317	23.285	(5.694)	52.908
Nova Vento do Parazinho Energias Renováveis S/A	25.749	33.099	(5.240)	53.608
Nova Vento Formoso Energias Renováveis S/A	32.971	23.123	(4.505)	51.589
Total dos investimentos	167.259	134.302	(22.293)	279.268

11 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Móveis e utensílios	20	-	20	63
Máquinas e Equipamentos	782.519	(79.834)	702.685	372
Compensação Ambiental	-	-	-	3.563
Equipamentos de processamento de dados	28	(11)	17	12
Linhas de Transmissões	-	-	-	1.274
Torres de geração de energia eólica	-	-	-	508.697
Obras civis em serviço	-	-	-	237.870
Edificações, obras civis e benfeitorias	16.098	(1.323)	14.775	45
Outros imobilizados em andamento	-	-	-	90
Total	798.666	(81.169)	717.497	751.986

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

	Consolidado				
	31/12/2017	Transferências*	Baixas	Depreciação	31/12/2018
Imobilizado					
Móveis e utensílios	63	(40)	-	(2)	21
Máquinas e Equipamentos	372	(372)	-	-	-
Compensação ambiental	3.563	(3.563)	-	-	-
Equipamentos e Processamento de Dados	12	8	-	(4)	16
Linhas de transmissão em serviço	1.274	(1.263)	-	(11)	-
Torres de geração de energia eólica	508.697	226.632	(2.239)	(30.404)	702.686
Obras civis em serviço	237.870	(221.267)	-	(1.828)	14.775
Edificações, obras civis em serviço	45	(45)	-	-	-
Outros imobilizados em andamento	90	(90)	-	-	-
Total	751.986	-	(2.239)	(32.250)	717.497

	Consolidado				
	01/01/2017	Adições	Transferências	Depreciação	31/12/2017
Imobilizado					
Móveis e utensílios	31	37	-	(5)	63
Máquinas e Equipamentos	-	376	-	(4)	372
Compensação ambiental	3.563	-	-	-	3.563
Equipamentos e Processamento de Dados	13	-	-	(1)	12
Linhas de transmissão em serviço	1.336	-	6	(68)	1.274
Torres de geração de energia eólica	534.540	1.159	59	(27.061)	508.697
Obras civis em serviço	247.065	2.248	412	(11.855)	237.870
Edificações, obras civis em serviço	47	-	-	(2)	45
Subcrédito social	477	-	(477)	-	-
Outros imobilizados em andamento	-	90	-	-	90
Total	787.072	3.910	-	(38.996)	751.986

(*) Durante o exercício de 2018 a Companhia concluiu a unitização, desta forma, efetuou transferências no ativo imobilizado para a adequação da apresentação.

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Casa dos Ventos Energias Renováveis - nota 20		14	-	14
GE Water e Process Technologies do Brasil Ltda.	-	-	-	3
General Electric Energy do Brasil	-	-	-	1.427
Encargos de Transmissões e Conexão	-	-	-	-
Fornecedores nacionais	-	15	-	664
Arrendamento a pagar	-	-	887	-
Ventos Santo Augusto VIII Energias Renováveis	-	-	-	477
EchoEnergia Participações S.A.	-	74	-	74
Provisões	71	-	452	1.294
Abb Ltda	-	-	-	348
Total	71	103	1.339	4.301

A Companhia é obrigada a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal de suas atividades, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

13 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017
Financiamentos (a)	2,88% a.a. + TJLP	503.250	533.060
		503.250	533.060
Circulante		77.046	36.654
Não circulante		426.204	496.406

A movimentação dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

Captação de empréstimos	545.000
Juros Incorporados a Dívida	47.474
Incorporação de Custo de captação	(11.643)
Custo de captação incorrido	705
Juros pagos	(28.028)
Amortização do Principal	(20.448)
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	533.060
	<hr/>
Captação de empréstimos e financiamentos	1.720
Juros Pagos	(45.924)
Amortização do principal	(35.277)
Juros Incorporados a dívida	48.797
Custo de captação incorrido	874
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	503.250

Covenants

A Companhia contratou financiamento e fianças bancárias com cláusulas restritivas de determinadas condições a serem observadas, tais como, sem limitação:

- (a) Inexistência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, por qualquer das beneficiárias, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- (b) Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de qualquer das beneficiárias ou das empresas que a controlam de dispositivos que importe em restrições ou prejuízos à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- (c) Constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto;
- (d) A não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão, por mais de 30 (trinta) dias, das autorizações e das licenças, inclusive as ambientais e as concedidas pelo MME e pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter o projeto;
- (e) Modificação do controle efetivo, direto e indireto, de qualquer das beneficiárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES; e
- (f) Alteração da finalidade e escopo do projeto sem prévia anuência, por escrito, do BNDES;
- (g) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, consolidado da controladora Ventos de São Jorge Holding apurado anualmente, igual ou superior a 1,3 vezes, exigidos a partir do exercício 2018.

O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. A Companhia vem cumprindo os covenants no exercício de 2018.

14 Debêntures

Em 10 de fevereiro de 2017, ocorreu o desembolso integral referente ao contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº16.2.0752.1, entre o Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e SPEs do Grupo, firmado em 19 de janeiro de 2017, no valor total R\$ 545.000. Com os recursos liberados foram quitadas as debêntures das SPEs e emitidas novas debentures pela controladora.

As debêntures estão classificadas no passivo não circulante, pois a primeira parcela de amortização do principal ocorrerá em 15 de julho de 2020 e o vencimento final em 15 de julho de 2028.

	Encargos	Vencimento	Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017
1ª série (única) (a)	IPCA + 9,000%	Julho de 2028	<u>54.533</u>	<u>48.143</u>
Circulante			-	-
Não circulante			54.533	48.143

A movimentação das debêntures ocorreu da seguinte forma:

Emissão debentures	45.000
Juros Incorporados a Dívida	<u>3.143</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>48.143</u>
Juros Incorporados a Dívida	<u>6.390</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>54.533</u>

- (a) Garantias: (i) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes ou relacionados, incluindo, sem limitar, os direitos creditórios, direitos emergentes, de todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes das autorizações das SPE e dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e quaisquer outros contratos de compra e venda de energia das SPE; (ii) alienação fiduciária da totalidade do capital social das SPEs e da Companhia ("Alienação Fiduciária de Ações"); (iii) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos dos Projetos detidos pelas SPEs; e (iv) além de fiança da Echo Holding 1 S.A. (nova denominação da Casa dos Ventos Holding S.A.), da Companhia, das demais controladas.

Covenants

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas restritivas de determinadas condições a serem observadas, tal como:

- (a) Descumprimento da destinação dos recursos obtidos por meio da captação de recursos efetuada;
- (b) Inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária com instituição financeira por parte do emissor e seus intervenientes;
- (c) Rescisão, resilição voluntária ou involuntária de qualquer dos contratos do projeto;
- (d) Não cumprimento de qualquer decisão final judicial, arbitral ou administrativa ou sentença judicial transitado em julgado pelo emissor e seus intervenientes;
- (e) Transferência a terceiros dos direitos e obrigações do emissor e seus intervenientes, sem a prévia concordância escrita de debenturistas;

- (f) Mudança ou alteração no objeto social da emissora e suas intervenientes de forma a alterar suas atividades principais;
- (g) Não manutenção da escritura de emissão até o cumprimento integral das obrigações garantidas, os instrumentos de garantia, o contrato de depósito e administração de contas e fianças;
- (h) Caso a emissora e os intervenientes realizem sem o aviso prévio e consentimento dos debenturistas: i) contratação de empréstimos e mútuos ou outras formas de endividamento; ii) realize transações com qualquer pessoa ou entidade relacionada, direta ou indiretamente à emissora e a São Jorge.
- (i) Caso a emissora e suas intervenientes realizem novos investimentos ou assumam compromissos de investimentos além dos investimentos necessários para a construção e implementação do projeto;
- (j) Distribuir qualquer tipo de remuneração na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas;
- (k) Celebração de aditamentos e/ou alterações dos contratos do projeto (exceto com relação aos CCEAR) que gerem aumento individual ou agregado superior a R\$ 14.000;
- (l) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, consolidado apurado anualmente, igual ou superior a 1,3 vezes, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2018.

O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. As controladas veem cumprindo todas as condições do contrato.

15 Obrigações tributárias

	Consolidado	
	2018	2017
IRPJ apuração	773	903
CSLL apuração	407	471
PIS a pagar	28	-
COFINS a pagar	133	-
PIS sobre o faturamento	-	199
COFINS sobre o faturamento	-	920
ICMS diferencial de alíquota	-	4.562
Impostos retidos	134	-
Outros impostos	20	125
Total	1.495	7.180

16 Provisão para ressarcimento

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para ressarcimento	21.298	5.793
Circulante	3.928	735
Não Circulante	17.370	5.058

A geração de energia dos parques eólicos no exercício de 2018 e em exercícios anteriores foi inferior ao volume previsto no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR, devido a ocorrência de ventos abaixo da média histórica prevista neste exercício. Devido ao fato supracitado, a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que a mesma possui junto ao CCEAR, a qual será liquidada nos exercícios subsequentes. Em 2018 o montante de ressarcimento registrado foi de R\$15.505 (R\$5.793 em 2017).

17 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social subscrito é de R\$ 321.623 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 300.000 em 31 de dezembro 2017) e está representado por 321.623 em ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleias Gerais Extraordinárias ocorridas durante o exercício de 2018 foi subscrito o montante de R\$ 21.623 de capital social e integralizado o montante de R\$ 23.772 de capital social. O valor total de capital social integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 299.508 (R\$ 275.736 em 31 de dezembro de 2017).

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76 até, o limite de 20% do capital social.

18 Imposto de renda e contribuição social

Foram apurados os impostos, o imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício de 2018, sendo R\$ 2.827 para o imposto de renda e R\$ 1.479 para a contribuição social. Em 2017 o valor apurado foi de R\$ 3.405 para o imposto de renda e R\$ 1.768 para a contribuição social.

	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receitas de operações com energia elétrica	113.972	113.972	129.846	129.846
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	9.103	13.655	10.388	15.582
Demais receitas	2.302	2.787	3.330	4.060
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Corrente	2.827	1.480	3.405	1.768

19 Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de energia elétrica (a)	113.792	129.846
Deduções da receita	(4.252)	(4.291)
PIS	(757)	(763)
COFINS	(3.495)	(3.528)
Total	109.540	125.555

- (a) A receita bruta de energia elétrica representa a venda de geração própria e a revenda de energia adquirida para comercialização.

20 Custo de geração

	<u>Consolidado</u>	
	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Depreciação e Amortização	(32.250)	(38.996)
Compra de energia	(3.450)	(1.067)
Encargos de Transmissão e conexão	(6.546)	(7.006)
Despesas com manutenção	(2.032)	(2.401)
Serviços de terceiros	(7.182)	(1.736)
Arrendamentos e alugueis	(446)	(238)
Seguros	(1.094)	(566)
Engenharia e gestão de processos O&M	(178)	(931)
Custo com pessoal	(865)	(787)
Taxa de fiscalização ANEEL	(334)	(285)
Custos intercompany	(2.291)	-
Taxas diversas	(146)	-
Gastos diversos	(209)	-
Total	(57.023)	(54.013)

21 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Serviços prestados pessoa jurídica	(132)	(219)	(185)	-
Auditoria Externa	-	-	-	(7)
Despesa Associativa	-	-	(57)	-
Taxas e emolumentos	-	-	(1)	(111)
Depreciação e Amortização	-	(1)	-	-
Legais, judiciais e publicações	(49)	(94)	(254)	(448)
Locação de maquinas e equipamentos	-	-	-	(17)
Despesas com manutenção	-	(15)	-	-
Compartilhamento de despesas	-	(11)	(3.386)	(505)
Energia Elétrica	-	-	(10)	(245)
Internet	-	-	(5)	-
Gastos diversos	(58)	(25)	(433)	(4.389)
Material	-	-	-	(97)
Viagens, diárias e ajustas de custo	-	(6)	-	(53)
Despesas com Cartório	-	-	-	(299)
Total	(239)	(371)	(4.331)	(6.171)

22 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/012/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Rendimento de aplicação	-	84	2.522	3.003
Descontos obtidos	-	-	-	15
Outras receitas	-	52	-	247
Total das receitas financeiras	-	136	2.522	3.265
Juros BNDES	-	(1)	(48.797)	(47.474)
Tarifas bancárias	(20)	(268)	(142)	(46)
Juros debentures	(6.390)	(3.142)	(6.390)	(3.143)
Juros diversos	(21)	-	(188)	(10.164)-
IOF	-	(5)	-	(10.106)
Juros (Fornecedores)	-	-	(12)	(6.806)
Multas	(1)	-	(8)	(57)
Despesa captação de empréstimos	(5)	-	(2.594)	-
Despesas de fianças e comissões bancárias	(32)	-	(18.370)	(11.541)
Total despesas financeiras	(6.437)	(3.416)	(76.501)	(89.337)

23 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de passivos e resultado em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram os resultados dos períodos, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo		
Echoenergia Participações S.A. (a)	4.275	-
Total	<u>4.275</u>	<u>-</u>
Resultado		
Compartilhamento de despesas e custos (a)	5.677	505
Total	<u>5.677</u>	<u>505</u>

- (a) A Companhia possui despesas, custos e contas a pagar referente a compartilhamentos de despesas e custos entre as empresas controladas e a Echoenergia Participações S.A.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A.

24 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	10	10	8.940	8.940	8	8	5.240	5.240
Fundos vinculados	-	-	64.224	64.224	-	-	47.445	47.445
Contas a Receber	-	-	13.682	13.682	-	-	12.732	12.732
Fornecedores	71	71	1.339	1.339	103	103	4.301	4.301
Financiamentos e Empréstimos	-	-	503.250	503.250	-	-	533.060	533.060
Debêntures	54.533	54.533	54.533	54.533	48.143	48.143	48.143	51.620
Total	<u>54.614</u>	<u>54.614</u>	<u>645.968</u>	<u>645.968</u>	<u>48.254</u>	<u>48.254</u>	<u>650.921</u>	<u>650.921</u>

b. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Fluxos de caixa contratuais					
31/12/2018 Consolidado	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.339	1.339	-	-	-
Debêntures	54.533	-	-	-	54.533
Financiamentos	503.250	77.046	77.046	231.138	118.020
Total	559.122	78.385	77.046	231.138	172.553
31/12/2017 Consolidado	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	4.301	4.301	-	-	-
Debêntures	48.143	-	-	-	48.143
Financiamentos	533.060	36.654	36.654	73.308	386.444
Total	585.504	40.955	36.654	73.308	434.587

c. Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado
Ativos financeiros				
<i>Controladora</i>				
Caixas e equivalentes de caixa	-	10	1	7
<i>Consolidado</i>				
Caixas e equivalentes de caixa	1.067	7.873	47	5.193
Fundos vinculados	-	64.224	-	47.445
Contas a receber	13.682	-	12.732	-
Passivos financeiros				
<i>Controladora</i>				
Fornecedores	71	-	103	-
Debêntures	54.533	-	48.143	-
<i>Consolidado</i>				
Fornecedores	1.339	-	4.301	-
Debêntures	54.533	-	48.143	-
Financiamentos	503.250	-	533.060	-

d. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e

aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao perigo eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de Crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com riscos de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2018 exposições financeiras atreladas a moeda estrangeira.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

e. Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40, preparou uma análise de sensibilidade dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras expostos a riscos da variação de taxas de juros e índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2018 definido por meio destas expectativas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2018	Cenário Provável 31/12/2019	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
TJLP	6,50%	6,96%	0,5 p.p.	0,63 p.p.	0,75 p.p.
IPCA	3,70%	4,00%	0,3 p.p.	0,38 p.p.	0,45 p.p.
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI	6,50%	7,10%	0,6 p.p.	0,75 p.p.	0,9 p.p.

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2018	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Debêntures	IPCA	54.533	2.187	2.726	3.272
Empréstimos e financiamentos	TJLP	503.250	35.026	43.783	52.539
		557.783	37.213	46.509	55.811

Risco de redução (ativo)	Índice	Saldos em 31/12/2018	Sensibilidade		
Aplicações financeiras e fundos vinculados			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
	CDI	72.097	5.119	6.399	7.678

25 Contingências

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Assim como, não tramitam processos classificados como possíveis de perda que devam ser divulgados nas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

26 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

31.12.2018

Aumento de capital em controladas com AFAC (a) 2.042

- (a) As controladas utilizaram o adiantamento para futuro aumento de capital existente em 2017 para integralizar capital em 2018.